CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 29/07/2022 - 05:56

Turbinada pelo governo, economia ensaia reação

PETROBRAS

Acionistas vão embolsar R$ 87,8 bi

Valor dos dividendos é referente apenas ao balanço do segundo trimestre. Governo federal receberá R$ 32,1 bilhões

» MICHELLE PORTELA

A Petrobras vai pagar R$ 87,8 bilhões em dividendos relativos ao segundo trimestre, dos quais R$ 32,1 bilhões serão repassados à União (incluindo BNDES e BNDESPar) de acordo com documento encaminhado pela companhia, ontem, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O valor da remuneração dos acionistas é um novo recorde. À noite, a empresa divulgou o balanço do período, que contabiliza um lucro líquido de R$ 54,3 bilhões.

O resultado obtido no segundo trimestre representou um aumento de 26,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Esse é o melhor desempenho da empresa desde o quarto trimestre de 2020, quando o lucro R$ 59,9 bilhões. Nos primeiros seis meses deste ano, a Petrobras registrou ganho de R$ 98,9 bilhões, valor 124% maior que o registrado no primeiro semestre de 2021.

Em comunicado da estatal ao mercado, o diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores, Rodrigo Araujo Alves, disse que os resultados da companhia são os melhores em anos. "Os resultados do segundo trimestre de 2022 mostram a resiliência e a solidez da companhia, que é capaz de gerar resultados sustentáveis, seguindo com sua trajetória de criação de valor", afirmou. De acordo com o balanço, as vendas cresceram 54,4% no período, atingindo R$ 170,9 bilhões. No semestre, houve alta de 58,8%, para R$ 312,6 bilhões.

O relatório destaca, ainda, o pagamento de impostos. "Adicionalmente, recolhemos o total de R$ 77 bilhões em tributos e participações governamentais no segundo trimestre. No ano, foram cerca de R$ 147 bilhões, um aumento de 92% na comparação com o primeiro semestre do ano passado", diz o texto.

Arquivo/Petrobras

Estatal teve lucro líquido de R$ 54,3 bilhões no período, com aumento de 54% na receita de venda de combustíveis

Compromisso

Os atuais acionistas da Petrobras receberão R$ 6,732003 por ação preferencial ou ordinária em circulação. O pagamento será feito em duas parcelas do mesmo valor, em 31 de agosto e 20 de setembro. "A aprovação do dividendo proposto é compatível com a sustentabilidade financeira da companhia no curto, médio e longo prazo e está alinhada ao compromisso de geração de valor para a sociedade e para os acionistas, assim como às melhores práticas da indústria mundial de petróleo e gás natural", informou a estatal no comunicado.

Em 2022, os dividendos anunciados pela Petrobras somam R$ 136,3 bilhões, dos quais R$ 49,8 bilhões vão engordar os cofres da União. O repasse recorde deve aliviar as contas do governo, espremidas pelo pagamento dos benefícios do "Pacote de Bondades" aprovado recentemente. Para garantir fechar o ano no azul, o secretário do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, enviou ofício às maiores estatais federais para solicitar o pagamento adicional de dividendos. Por sua vez, a Petrobras informou, por meio de fato relevante ao mercado, que o pedido foi incorporado ao planejamento da empresa.

Política abusiva

O Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep) avalia que a distribuição bilionária de dividendos é resultado de uma política abusiva de preços praticados pela Petrobras, baseada na paridade de preços internacionais (PPI).

"A distribuição de R$ 87,8 bilhões em dividendos neste segundo trimestre de 2022, equivalente a R$ 6,73 por ação, é fruto dos sucessivos aumentos de preços realizados pela Petrobras. Ademais, revela que a gestão da estatal tem sido direcionada para atender a um conjunto de interesses relacionados ao calendário eleitoral e não aos interesses da sociedade como um todo. As altas nos preços dos derivados turbinam os dividendos que serão repassados ao governo federal, mas reduzem os investimentos de longo prazo da companhia e impulsionam a inflação", afirmou Mahatma dos Santos, pesquisador do instituto.

IGP-M desacelera

» FERNANDA STRICKLAND

Com a ajuda da redução do preço dos combustíveis, o Índice Geral de Preços — Mercado (IGP-M), desacelerou em julho. O indicador, normalmente usado no reajuste de contratos de aluguel, aumentou 0,21% neste mês, ante 0,59% em junho, acumulando alta de 8,39% no ano e de 10,08% em 12 meses. No mesmo período do ano passado, o índice havia subido 0,78% e acumulava avanço de 33,83% em 12 meses. Os dados foram divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), responsável pela elaboração do indicador.

O IGP-M é composto pela ponderação de três outros indicadores: Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que subiu 0,21% em julho; Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com alta de 1,16%; e Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que registrou queda de 0,28% no mês. A principal contribuição para o recuo médio dos preços ao consumidor veio do grupo Transportes, que apresentou redução de 2,42%. O destaque foi a gasolina, que diminuiu 7,26%, em razão, principalmente, dos cortes de impostos promovidos pelo governo.

Segundo a FGV, além da gasolina, contribuíram para o alívio do IPC-M em julho as tarifas de eletricidade residencial (-3,11%), passagens aéreas (-5,20%), tomate (-18,26%) e etanol (-9,41%). Por outro lado, as principais pressões de alta partiram de leite tipo longa vida (aumento de 21,83%), planos de saúde (1,17%) e refeições em bares e restaurantes (0,89%), mamão papaia (21,20%) e queijo muçarela (8,46%).

No IPA, as principais altas foram as de óleo diesel (6,96%), leite in natura (4,40%) e automóveis (2,31%). "Mesmo com tais pressões, a taxa em 12 meses do índice ao produtor seguiu em desaceleração, alcançando o menor patamar desde julho de 2020", observou André Braz, coordenador dos Índices de Preços da FGV.

O especialista em mercado imobiliário Leonardo Di Mauro, sócio e diretor do GRI Real Estate explicou que a queda de 0,21% está diretamente relacionadas à redução do preço das commodities, principalmente minério de ferro, que recuou em torno de 12%.

O economista Gustavo Favaron, especialista em mercados internacionais e CEO do GRI Group, apontou que, para o mercado imobiliário, a desaceleração do IGP-M é uma notícia positiva, na medida em que os insumos para a construção acompanham a inflação e acabam pressionando os custos das construtoras. "Também é uma boa notícia para o consumidor, na medida que os aluguéis param de subir excessivamente", afirmou.

Gasolina tem 2ª redução em menos de 10 dias

» JOÃO GABRIEL FREITAS*

A Petrobras anunciou a redução de R$ 0,15 no preço do litro de gasolina vendida nas refinarias a partir de hoje. O preço médio do combustível é de R$ 3,86 e passará para R$ 3,71 — 3,88% a menos. A mistura obrigatória vendida nos postos brasileiros é composta por 73% de gasolina e 27% de etanol anidro. Então, a Petrobras estima que a mudança signifique um corte de R$ 0,11 no valor final repassado ao consumidor. A redução, entretanto, depende das distribuidoras e dos postos de revenda, que têm liberdade para fixar os preços.

Segundo a companhia, a diminuição reflete a queda dos preços da gasolina no mercado externo. "Essa redução acompanha a evolução dos preços de referência, que se estabilizaram em patamar inferior para a gasolina, e é coerente com a prática de preços da Petrobras", disse a empresa, em nota. É a segunda redução seguida feita pela gestão de Caio Paes de Andrade, que assumiu a presidência da estatal no fim de junho. A última aconteceu em 19 de julho, quando a empresa abateu R$ 0,20 no preço do litro.

Com dois reajustes em menos de 10 dias, o preço do insumo nas refinarias da Petrobras acumula queda de 8,6%, o que dá alívio à inflação e ajuda a reduzir a pressão do governo sobre os executivos da empresa.

A empresa anunciou ainda reduções para o querosene de aviação (2,6%), para a gasolina de aviação (5,7%) e para o asfalto (4,5%). Já o preço do diesel se manteve inalterado, apesar dos apelos do presidente Jair Bolsonaro para que a empresa diminua também o valor do combustível.

O novo anúncio ocorreu um dia depois de o Conselho de Administração da empresa ganhar mais poder para supervisionar a política de preços para os combustíveis. Apesar da medida, a Petrobras afirmou que a decisão final sobre novos reajustes permanece com a diretoria executiva.

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Estatal calcula que preço na bomba poderá ter queda de R$ 0,11

Inflação

A redução de R$ 0,15 no preço da gasolina deve retirar 0,17 ponto porcentual do IPCA em agosto, calcula o economista da Garde Asset Luis Menon. Dessa forma, a projeção da Garde para a inflação no próximo mês mudou de um recuo de 0,04% para deflação de 0,21%. "Como hoje (ontem) é o último dia de coleta do IPCA de julho, o impacto não pega nesse mês, só começa em agosto", explicou o economista.

Pedro Shinzato, da divisão de óleo e gás da consultoria StoneX, diz que, a curto prazo, com a demanda global por gasolina em queda, as cotações do produto no exterior devem cair ainda mais, abrindo espaço para novas reduções de preços da Petrobras. A partir de setembro, porém, com o início da temporada de furacões no Golfo do México, essa tendência pode ser revertida, com encarecimento das cotações do produto no exterior. (**Com Agência Estado**)

***Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia **Pagina:** 6

Copyright © Clipclap 2026.